

CALÇADA: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DISPUTA SOCIOESPACIAL

Alciane de Souza e Souza¹
José Camilo Ramos de Souza²

RESUMO

Viver na cidade é compreender os espaços sociais de dinamização, aproximação ou distanciamento, um gerador de várias discussões que se levanta em torno do espaço público das calçadas. Questões associadas à mobilidade, acessibilidade e a apropriação dessas estruturas que são objetos de estudos entre várias ciências, entidades sociais, e a sociedade em geral uma vez que a circulação de pedestres e veículos está sendo comprometida pela obstrução do sistema viário urbano. Obstruções estas realizadas pelos agentes produtores do espaço, através das dinâmizações transformam e organizam a calçada como espaço de convivência social, diálogo e como um promotor econômico. O espaço público e os modos de consumo estão entrelaçados às identidades sociais de forma que diferenças e desigualdade vão se articular no processo de apropriação espacial, nesse sentido surge necessidade de estudar o espaço público das calçadas da Rua Padre Augusto Gianolla, bairro de Paulo Corrêa localizado na área periférica da cidade de Parintins-AM. Selecionou-se essa via de forma estratégica, pelos constantes acidentes no trânsito, dificuldade de circulação, especulação imobiliária e pela diversidade de uso das calçadas por comerciantes, proprietários, e moradores. O objetivo deste trabalho é conhecer os motivos que levam o povo dar outras funcionalidades as calçadas. No entanto, para a realização da pesquisa far-se-á uso de espaço de diálogo e questionamentos o qual tem por base o método dialético, nessa perspectiva a calçada, um espaço cultural e de vida comunitária. O percurso teórico ajudará a desenvolver um olhar diferenciado sobre a calçada como utilidade social, efetivando a percepção do relativismo e diversidade de funções sociais que estas adquirem conjuntamente as relações sociais e ao posicionamento do Estado perante essas novas configurações sócioespaciais. Os registros fotográficos foram coletados em dois momentos, em setembro de 2012 e março de 2013, assim como narrativas de comerciantes e moradores da Rua Padre Augusto. Compreendemos a relevância em discutir o espaço público das calçadas associando-o as políticas públicas voltadas ao planejamento urbano. Dessa forma, compreender a dinâmica espacial em um dado momento histórico é o compromisso científico, social e cultural.

Palavra chave: Espaço Público. Calçadas. Ruas. Parintins

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Geografia do CESP/UEA Email: alciane.ss@gmail.com

² Professor Dr. CESP/UEA, Email: jcramosdesouza@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A calçada é mais que um promotor do ir e vir no concreto ou no cimento, é uma estrutura repleta de simbolismo, um espaço de atuação do Estado, dos agentes sociológicos, da convivência social e local de trabalho. Um microterritório contraditório com dinâmica e movimento próprio. Trabalhar a ocupação das calçadas possibilitou discussões acerca de políticas públicas voltadas ao uso do solo e planejamento urbano, elucidando as calçadas como um espaço público de uso coletivo, permitindo discussões que diferenciasses a concepção entre espaços públicos e espaços apropriados.

Para isso objetivamos compreender a dinâmica relativa ao uso e conflitos nas calçadas da Rua Padre Augusto Gianolla³, localizada no Bairro Paulo Corrêa. Este estudo emergiu da preocupação relativa à funcionalidade das calçadas, uma vez que este elemento componente do sistema viário urbano está deixando de promover o ir e vir com segurança do povo parintinense.

O objeto pesquisado teve como base o método alicerçante dialético, pois segundo Triviños (2005) este possibilita o pesquisador observar e identificar as contradições do fenômeno manifestado na realidade existente e no âmago das práticas sociais, valorizando uma relação dialética, dinâmica e contraditória estabelecida a partir da realidade estudada porque permitiu leitura e compreensão da calçada como espaço de convivência social, econômica e cultural.

Optamos pela pesquisa de cunho qualitativo, pois Strauss e Corbin (2009) esse tipo de pesquisa nos possibilitou alcançarmos resultados desprovidos de dados quantificados e procedimentos estatísticos, onde a partir do Estudo de Caso destinamo-nos abordar a ocorrência específica da ocupação inadequada das calçadas permeadas em um fenômeno concreto que precisou ser verificado, observado, analisado para ser compreendido.

Como técnicas ou instrumentos de pesquisa, utilizamos a observação direta *in loco* com o amparo de um roteiro de observação. Registramos com imagens as calçadas em horários selecionados pela manhã, tarde ou noite para comparar o fluxo de pedestres e veículos e o uso das calçadas. Combinamos a observação *in lócus* com outra técnica de pesquisa, a entrevista, para melhor extrair as informações sobre o fenômeno de apropriações, que consistiu na comunicação entre pesquisador e informante no intuito de esclarecer a dinâmica de apropriações das calçadas e confrontar ideias para se alcançar a síntese da realidade.

³Também é conhecida como Rua da feira, Rua 3, Rua da ponte

Estrutturamos esse estudo em três momentos, o primeiro consistiu na construção da pesquisa bibliográfica, na sequência discutimos com os autores a dinâmica de apropriação dos espaços públicos, o terceiro momento está relacionado à análise e interpretação das informações e entrevistas levantadas em campo.

2. URBANIZAÇÃO E OS IMPACTOS NO ESPAÇO PÚBLICOS

Propomos nesse estudo promover um diálogo com os teóricos sobre a dinamicidade e a essência da percepção do uso, função e funcionalidade da calçada enquanto um espaço público, de convivência social, e como promotor econômico que para ser melhor compreendido foi necessário estudá-lo considerando o processo de urbanização em um percurso historicamente construído.

Estudar o espaço urbano na perspectiva do espaço público se apresentou em uma dinâmica discussão acerca dos conceitos e da confusão em torno do que é público e do que é privado. O processo de urbanização se dinamizou a partir da Revolução Industrial/ Comercial impulsionando uma expressiva mobilidade populacional do campo para o meio urbano em busca de novos horizontes entre eles o trabalho, emprego e outras formas de se inserir no meio economicista e com isso exigindo a organização de novos espaços de convivência social.

O crescente processo de urbanização geralmente caminha ao lado das práticas e problemáticas sociais, segundo Sposito (2008, p.55) o “rápido crescimento populacional gerava procura por mais espaços [...]”. De forma que os processos espaciais remodelam a forma concretizada, ou seja, a cidade.

Surgindo assim uma trajetória delineada por um conjunto de ações sistêmicas as quais irão ser tratadas como fenômeno determinante na organização sócioespacial, onde a forma se modifica em função dos processos e os processos redefinem outras funções aos espaços socialmente habitados.

2.1 Contexto de apropriação

A maioria das cidades brasileiras tende à criação de problemática de ocupação inadequada dos espaços públicos. Essas apropriações estão relacionadas a momentos históricos da sociedade brasileira, uma vez que as maiorias das cidades surgiram de forma espontânea, sem prévio estudo e organização espacial. Mota (2008, p.56) menciona que “com

o crescimento da cidade os espaços públicos [...] vão deixando também de existir e outros locais existentes vão sendo ocupados, como ocorrem com as calçadas e calçadas cidade de Manaus [...].”

Nessa conjuntura de complexidades atribuída à calçada é que buscamos nas raízes históricas entender o invasionismo⁴ dessas estruturas na cidade de Parintins. Dessa forma recorreremos à historicidade da área central, pois entendemos que conhecer os processos dessas apropriações no centro comercial se traduz em um fundamento essencial para compreendermos o fenômeno na dinâmica atual nas áreas periféricas.

As apropriações não se limitam a aparência do estético, suplantando o produto histórico e estabelecendo-se conectadas em uma dinâmica articulada e contraditória. Para Corrêa (2003 p.11) “O espaço urbano [...] é um produto social, resultado das ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”.

Assim, o espaço das calçadas também pode ser compreendido sobre as diferentes formas de uso, levando-se em conta a organização e fragmentação do espaço como um condicionante comportamental dos atores sociais em relação ao espaço destinado as calçadas.

2.2 Área central de Parintins no âmbito das calçadas

O processo de apropriações das calçadas na cidade de Parintins foi algo que se materializou paralelo as práticas economicista da área central, pois entendemos que conhecer os processos dessas apropriações no centro comercial se revela em um fundamento essencial para compreendermos o fenômeno na dinâmica atual nos espaços destinados aos pedestres ou transeuntes.

Vale destacar que a elite comercial da cidade de Parintins tem um papel preponderante no que diz respeito à organização do meio urbano, cabe aqui algumas reflexões sobre a gênese do invasionismo das calçadas no centro comercial. Todavia, para melhor compreensão do invasionismo das calçadas precisamos conceber a influência de alguns agentes comerciais e políticos, pois acabam interferindo na organização dos espaços públicos e de forma mais expressiva no âmbito das calçadas.

A área central com seu centro comercial é a exemplificação mais concreta e fiel do início do invasionismo em um percurso historicamente construído, a Rua João Melo hoje

⁴Termo difundido por Zattar (2008) equivalente a apropriação ou diferentes formas de ocupação, uso e re-funcionalidade dos espaços públicos das calçadas.

consolidada enquanto rua comercial constituiu-se de forma cultural e simbólica conotando outras funcionalidades de cunho economicista às suas calçadas.



Figura1: Travessa João Melo
Foto: Alciane de Souza, 2013

As apropriações de calçadas não causam repercussão no âmbito social, pois o povo parintinense se habituou a ceder o direito de locomoção nas calçadas para as práticas comerciais, deixando o andar seguro para disputar os espaços das ruas com os veículos.

Assim os dizeres de Zattar (2008) afirmam que os espaços das calçadas adquirem outras re-funcionalidades para finalidades comerciais, utilização pública, doméstica, suscitando novos valores e relações no cotidiano das calçadas.

Quando analisamos a gênese desse fenômeno de apropriações percebemos que este se levanta com status de costumes ou hábitos culturais, mas é necessário que esse comportamento seja revisto para não se propagar em toda a cidade de Parintins tornando-se um problema irreversível.

Segundo Serpa (2011, p.19) se o “espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder [...]”. As calçadas se rotulam como propriedade de alguém que coordena esse espaço segundo seus interesses. O fato é que a partir da estruturação comercial da Rua João Melo, as calçadas passaram a servir os interesses dos lojistas, onde suas ações se incumbem da organizar os espaços a partir das forças de produção capitalista.

2.3 Rua e calçada: um espaço de conflito

Há duas décadas andar despreocupadamente na calçada ou rua por entre carroças e bicicletas era considerado habitual na cidade de Parintins, insistir em perpetuar essa condição

nos dias atuais se enquadra na falta de implementação de um planejamento que se adéque e atenda as novas realidades físicas, culturais e economicistas da atualidade.

Nesse sentido buscamos compreender o modo como flui a mobilidade de moradores e transeuntes na Rua Padre Augusto Gianolla, localizada no bairro de Paulo Corrêa, pois é indiscutivelmente essencial conhecer a origem desse distúrbio espacial para indicar possibilidades de uso e discutir o uso inadequado dessa estrutura destinado à locomoção de pedestres.

Na figura 2, a área de estudo, também já foi conhecida como “passagem⁵”, um caminho submetido ao processo do ciclo hidrográfico, no período da vazante oferecia condições de locomoção a pé, e no período da enchente por intermédio de canoas.



Fonte Cartográfica: IBGE 2010/ Google Earth, 2013.
Organizadores: Rildo Marques.

Nesse período essa via esboçava algumas práticas submetidas ao cunho economicista. Moradores remanescentes da área de estudo, mencionaram a existência de um dos primeiros atores sociais atualmente o extinto “catraieiro da passagem”⁶. Nos dizeres de um morador da Rua 3, o catraieiro ganha dimensões resgatadas a partir da memória cultural:

Quando enchia o rio agente não podia atravessar a passagem, só nadando, aí tinha uns caras que tinham canoas e cobrava vinte e cinco centavos por cabeça, depois a prefeitura fez duas ponte de madeira, uma pra ir e outra pra voltar, foi muito bom, dava pra ir pra cidade, pra estudar e pra trabalhar e comprar comida, ainda não tinha mercearias nem essa feira de peixe. Depois ficou perigoso, os galerosos começaram a pedir dinheiro pra quem passava

⁵ Um caminho que conectava a área central da cidade com a periferia sujeita ao ciclo hidrográfico.

⁶ Pessoa que transportava passageiros por intermédio de canoa.

ponte de noite, aconteceu alguns crimes aí, depois o governo mandou fazer essa ponte de concreto. (D.G, 30anos).

Também é conhecida como “rua da ponte” em decorrência da construção da ponte Amazonino Mendes, de forma que a Rua Padre Augusto Gianolla adquiriu outras denominações e feições acirradas pela gradativa transformação e organização do espaço.

Propriedades que a princípio foram codificadas como moradia; converteram-se em pequenos comércios ofertando alguns serviços como a comercialização de farinha de mandioca, frutas e pescado que, por conseguinte, estruturou-se na feira da Rua3, daí essa via também ser conhecida como “rua da feira”.

Em toda a extensão da “rua da feira” encontramos comércios como lojas de confecções, armarinhos, farmácias, padarias, açougues, mercadinhos, associações, igrejas, borracharias, e restaurante. Compreendemos que a importância dessa via ocorre em função da conectividade bairro/ centro, também é destacável que esta via foi condicionada ao comércio em função de sua excelente localização.

Geograficamente os lotes pertencentes à área de estudo são acometidos pela valorização que Corrêa (2003), menciona ser em função de estarem bem localizados devido as amenidades físicas como mar, verde e lagoas (especificamente o igarapé do Ropoca e o lago do Macurany), e também da presença da ponte Amazonino Mendes.

Assim a oferta de serviços e produtos condicionam uma obrigatoriedade em transitar por essa via, centenas de pessoas ao retornarem para suas residências após a jornada de trabalho ou outra atividade, encontram nessa via a solução rápida para suas necessidades básicas como aquisição de alimentação.

A oferta de alimentos é um dos fatores que interfere na mobilidade dos pedestres, pois os alimentos são preparados literalmente sobre as calçadas. Nas observações de campo verificamos que a maioria das pessoas que compravam peixe, frutas ou outras variedades nem precisavam sair dos veículos. É um todo sistêmico, as relações sociais econômicas e culturais estabelecidas na Rua Padre Augusto Gianolla. Ao indagarmos um feirante o porquê da exposição de seus produtos e mercadorias estar nas dependências da calçada este relata:

Primeiro, por motivo de exposição, de que o produto escondido não se vende, e agente coloca na calçada porque fica mais exposto na calçada, segundo porque ainda que tivesse aqui dentro, quem passa aqui, tem, não sei se por preguiça ou por comodidade prefere que comprar produto lá em cima da moto ou de dentro do carro ou então lá da beira da rua, que fica muito mais fácil para ele visualizar e escolher lá na beira da rua tando ao alcance das mãos. (N. M.G, 32 anos)

Dessa forma a comodidade de comprar produtos sem adentrar no estabelecimento

comercial vem se tornando hábito comum corroborando com o estressante fluxo de pessoas e veículos. Registramos que a partir das onze horas as máquinas de empresas que prestam serviços à prefeitura municipal como caçambas e tratores circulam livremente entre os transeuntes. Moradores mencionam que já houve acidentes violentos envolvendo caminhões, tratores e caçambas, nessa rua. O que pode ser comprovado com auxílio da figura 3.



Figura 3: movimento de transeuntes e veículos dividindo a via de circulação
Foto: Alciane de Souza 2013

O interessante é que os meios de comunicação e povo parintinense procuram sempre um culpado para as inúmeras vidas ceifadas em acidentes no trânsito, acusam o condutor, os pais, a falta de educação no trânsito, o álcool, a falta de habilitação documental, os buracos nas vias, os vereadores, o prefeito, a falta de sinalização, e até mesmo o cachorro. Porém de quem é a culpa? Do pedestre? Do feirante? Da falta de espaço adequado para a circulação?

Nas observações in lócus percebemos que os condutores de automóveis em sua maioria são mais cordiais ao dividirem o trânsito com os pedestres na Rua Padre Augusto Gianolla, diferentemente a maior parte dos condutores de motocicletas se deslocam em altas velocidades, ignorando os pedestres que não contam com calçadas para o exercício de mobilidade.

Porém, poucos são os que concebem que as problemáticas associadas à mobilidade estão intrinsecamente ligadas a falta de implementação de políticas públicas voltadas a organização do espaço urbano.

2.4 Caráter economicista das calçadas

Nas calçadas da Rua Padre Augusto Gianolla, um status de teor economicista vem se

propagando entre todas as esferas sociais, ressaltamos que essa via está sobre ação da especulação imobiliária; moradores afirmam que constantemente são abordados com propostas de venda de suas propriedades. O que está bastante explícito no relato de uma moradora secundária da Rua Padre Augusto Gianolla que afirma:

Eu adquiri por dois mil e duzentos, já apareceram varias pessoas, para comprar mais, até agora não me deu vontade de vender [...], já vieram algumas pessoas me ofereceram quarenta, até setenta mil, por que aqui eu acho é um ponto de referencia, um ponto comercial, um ponto que todo mundo deseja ter uma casa nessa área aqui nossa. (A. M. S, 51anos)

O fato é que o fenômeno de apropriação começou com a ocupação de terras, depois com a especulação imobiliária e agora com as práticas economicistas nas calçadas e consequentemente estão se direcionando a via. Proprietários afirmam que construíram as calçadas:

[...] O pessoal da “perfeitura” (prefeitura) já vieram aqui , mas eles nunca apresentaram também uma solução para agente parar com isso aqui ou então pelo ao menos melhorar isso aqui, eles nunca deram uma solução, até porque calçada agente pode até dizer que é da “perfeitura”, eu concordo e tal, mas aqui não foi feita nenhuma pela “perfeitura”, todas foram feitas por moradores, os feirantes que se mobilizaram foram fazendo a medida da necessidade vão fazendo, a “perfeitura” mesmo só faz cobrar, [...](NGM, 32anos)

Uma possível regularização das calçadas não é muito discutível entre os proprietários e moradores. Estes se demonstram indiferentes, irônicos e hostis a essa problemática que se embasada na tese de que são eles que organizam, produzem e reproduzem os espaços das calçadas. No entanto, é no centro dessa dinamização que insurge uma possibilidade de apontar um dos mais importantes agentes organizadores das calçadas, o Estado,

Conforme Corrêa (2003) este atua de forma complexa e variada em uma escala espaço temporal de modo que este se apresenta como organizador do espaço e negociador entre os segmentos sociais, interferindo no espaço somente quando lhe for conveniente. A questão da apropriação imérita das calçadas é muito mais nevrálgica do que se imaginava, existem muitas questões ocultas por detrás dessas apropriações.

Nesse lugar flui então a necessidade de manutenção e orientação a respeito da funcionalidade desses espaços públicos com especificações nas calçadas.

Carlos (2007, p.17) menciona que “o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje [...]”. Nessa rua específica, as calçadas ostentam as mais variadas funções e significados. As dimensões que discorrem do movimento da vida e da comodidade caminham ao lado da lógica capitalista.



Figura 4: pedestres no leito carroçável
Foto: Alciane de Souza

Portanto, há toda uma conectividade entre os agentes sociais, as atividades e a vivência e memória dos que estão inseridos numa historicidade arraigada na problemática das calçadas englobando a circulação de pessoas, veículos, serviços e produtos.

3. ASMÚLTIPLAS INTERFACES DO USO DAS CALÇADAS

Primeiramente devemos localizar que as peculiaridades trabalhadas no texto a seguir ocorrem na vertente da Rua 3 sentido Rua Geny Bentes, onde há um passeio desprovido de residências por se tratar de uma área pertencente aos limites da marinha.

Nesse ambiente as calçadas são mais do que concreto e cimento, elas carregam consigo muitos outros significados, como sentimentos de posse, inclusão, subsistência e simbolismo, esse lugar sede espaço aos agentes sociais e suas materializações permeadas em relações que se estabelecem de forma harmoniosa ou conflitante.

3.1 Calçadas públicas: um promotor econômico

Admitindo a complexidade da temática, a apropriação das calçadas se apresenta como uma prática submetida às configurações capitalistas e ao costume local, ressaltando que este estudo não tem pretensões de generalizar essa problemática, pois entendemos que este elemento (calçada) do sistema viário constituiu-se a partir de uma dinamicidade própria dessa via. Advertimos também que a apropriação das calçadas em alguns trechos da Rua Padre Augusto Gianolla ocorre em função do horário, um aspecto determinante nesse palco de apropriações.



Figura 5: vendedora de roupa confecções
Foto: Alciane de Souza 2013

Na figura 5, as vendedoras de confecções afirmam que chegam nesse ponto às cinco horas da manhã, estendem suas mercadorias sobre lonas, e que trabalham em função do horário. Segundo elas, o horário ideal se restringe das cinco às dez horas da manhã. Devido ao calor do sol, pois trabalham desprovidas de barracas. De forma que a dinâmica da apropriação espacial foi avaliada e discutida de modo a compreendê-la nesse tópico enquanto espaços de dinamização e convivência socioeconômica determinado pelo horário e pela condição climática.

Nesses espaços as atividades não podem ser desenvolvidas durante o dia todo, devido ao intenso calor (das 10 horas da manhã até as 16 horas da tarde), e quando há precipitações pluviométricas (chuvas) essas atividades são interrompidas, por se tratar de espaços abertos, sem arborização ou barracas. Também se apresentam como “*locus*” especializados e administrados por agentes sociais condicionados pela natureza e pela divisão de espaços diariamente

Nos dizeres de Costa (2006), esses microterritórios se constituem na apropriação de pequenos espaços públicos e em suas possíveis especializações atribuídas aparentemente pelos processos de convivência. Nessa perspectiva, as calçadas aparecem como um elemento promotor de vendas e um meio de sobrevivência para muitas pessoas, lógica que se embasa na necessidade de inserção na lógica capitalista.

Ressaltamos, no entanto que nem todos os agentes utilizam esses espaços públicos de forma que cause tumultuo a mobilidade dos pedestres. O que foi comprovado durante nossas observações e confirmado por intermédio da entrevista cedida por uma vendedora de confecções:

Agente trabalha aqui né, agente precisa pra botar nossas coisas pra nós vender, mas agente não ocupa o lugar por donde passa o pedestre né, agente trabalha de manhã, das cinco horas até dez e meia, onze horas, então é importante pra nós que eu acho que não prejudica ninguém aqui né, agente não fica o dia inteiro, é importante, que agente precisa pra vender, pra ganhar o nosso pão de cada dia. (M.S, 48 anos)

Verificamos que essa atividade está inserida em um lugar estratégico, os pedestres que por ali trafegam param e negociam alguns produtos, ou simplesmente param para conversar com os vendedores. Assim os agentes produtores do espaço urbano determinam quem e como devem ser utilizados os espaços das calçadas ou mesmo das ruas.

3.2 “Peixeiro das Pedras”: um agente forjado no bojo das relações sociais

O percurso da pesquisa destaca a relação entre os trabalhadores que ali surgiram a partir da marginalização econômica com a ocupação do espaço do pedestre. À tarde, a partir das 16 horas quando o calor está mais ameno outro agente muito importante surge no contexto das apropriações dando outra funcionalidade a calçada, denominado de “Peixeiros das Pedras”⁷.

A partir de então, a calçada não poderá mais ser compreendida somente como espaço físico e geográfico de uso coletivo e de proteção dos pedestres; mas como espaço social, econômico e cultural repleto de historicidade e dinamismo. Assim, vizinhos, ocupantes e pedestres estruturam-se seguindo a lógica da demarcação territorial, essa “[...] territorialização permite a permanência da identidade [...]” Costa (2006, p.85). Uma identidade forjada no bojo das relações sociais, construída a partir dos vínculos de compreensão e do estabelecimento territorial determinado pelo capital.

Estes agentes irão gerir e distribuir suas atividades de forma aparentemente aleatória, mas que por meio desse estudo chegamos a compreender que há toda uma resolução a ser seguida e a ser respeitada por todos os agentes que se inserem nesse contexto.

Na figura 6 observamos as condições em que o pescado é negociado diretamente na pedra obrigando os pedestres andarem na rua dividindo ruas com veículos. Criando espaços de conflitos e ao mesmo tempo um espaço de aceitação, porque a repetição da ação conduz o pedestre a se adequar ao estabelecido, usar a rua contra a sua vontade.

⁷Vendedor de peixe que expõe seu pescado sobre as calçadas



Figura 6: comercialização de pescado na pedra
Foto: Alciane de Souza 2013

Para os “Peixeiros das Pedras”, a calçada se limita a negociações de pescado. Não há preocupação com a mobilidade dos pedestres, com a higiene de suas mercadorias, e tão pouco com o comprometimento com a saúde da sua clientela. A necessidade de inserção econômica ou simplesmente de sobrevivência impulsiona as atividades a se realizarem nos espaços das calçadas.

Segundo Corrêa (2003) existe uma força que viabiliza os processos sociais e formas espaciais, de forma que essa força materializa-se pela ação dos agentes produtores do espaço forjando novas localizações de atividades e sua forma desigual e mutável de se propagar pela cidade. A ocupação das calçadas pode ser compreendida como algo benevolente se analisado a partir dos agentes sociais margeados ao trabalho assalariado, pois são pessoas que necessitam literalmente das calçadas para comercialização de suas mercadorias.

Portanto, se faz necessário discutir a relação biológica, economicista e cultural, regida pelas dualidades entre o espaço público e o apropriado. É preciso aprender a viver dentro do sistema que se diz igual dentro da desigualdade social e logo da luta pelo espaço de acessibilidade.

3.3 Conflitos socioespaciais nas calçadas.

Como todo território justifica-se por uma ordem, uma dinâmica e limites físicos ou políticos, no microterritório das calçadas não são diferentes. Sabemos que os agentes sociais que atuam pela manhã não atuam à tarde, portanto uma lógica que se segue. Quando os conflitos surgem, geralmente é em decorrência de novos agentes que tentam se inserir no âmbito das calçadas, de forma que este se apresenta como um intruso e assim a disputa pelo

espaço passar a existir.

Nos levantamentos de dados em campo alguns peixeiros comentaram sobre uma violência em decorrência da disputa espacial na Rua da ponte. Um pescador da zona rural teria colocado seu pescado na pedra⁸ ao lado da venda de peixes de um atravessador⁹ que não teria gostado da concorrência e agiu com violência:

Sou primo da vítima que foi atentado com uma cacetada na cabeça na Rua 3, ele é um menino muito pescador da comunidade do santo Antonio do Panauarú,[...],ele veio, é costumado a pescar muito, pegou uns peixes, uma boa cambadão¹⁰ de peixes, aí ele veio pra cidade [...], aí chegou aí na rua 3 da ponte, do Paulo Corrêa, nessa parte que vende peixe agora, aí chegou ele falou o preço, mas o Morcegão não quis [...] ele não aceitou começaram a discutir aí foi que o atentado aconteceu. (L.B.S, 20 anos)

Nos dizeres do entrevistado percebemos uma negociação mal sucedida, que segundo o parente da vítima, o atravessador não aceitou o preço determinado pela vítima que por sinal decidiu vender seu pescado na pedra (calçada) com um preço menor ao estabelecido pelo atravessador, ou seja, na calçada pública. Segundo um peixeiro da feira que testemunhou a violência na calçada, próxima a ponte, este menciona que:

Foi logo cedo, às quatro horas da tarde, quando foi mais tarde, com a venda de pirapitinga,cará, ele baixou o preço,[...], aí o Morcegão ficou brabo e não vendeu mais nem um quilo do peixe dele[...], ai o Morcegão pegou a estaca e cacetou o rapaz pela costa,[...]cacetou o rapaz de raiva..(J. Z.S, 48anos)

A vítima estava vendendo mais que o atravessador por seu pescado estar fresco, barato e composto por variedades, o que incomodou ainda mais. A estaca que o entrevistado cita seria de um montante de estacas que são vendidas na lateral da ponte. O sistema de como essa estrutura é organizado assume caráter contraditório, visto que muitos ocupantes internalizam com direito de delimitar território e administrá-lo segundo sua vontade.

4. PLANO DIRETOR NA PERSPECTIVA DAS CALÇADAS

Nesse tópico propomos uma discussão entorno de uma nova perspectiva aos padrões de mobilidade no âmbito das calçadas, que se adéque à sociedade atual e ao crescente processo de urbanização que ocorre desprovido do planejamento urbano. Nessa perspectiva, recorreremos ao Plano Diretor, com o intuito de que emergisse resoluções e possibilidades da implantação de mecanismos que pudessem amenizar a estressante circulação atual da área de estudo por meio das políticas públicas.

⁸Para os peixeiros as calçadas são denominadas de pedras.

⁹Pessoa que intermedia a venda de pescado entre o pescador e o feirante (peixeiro).

¹⁰ Certo número de peixes vendidos enfiados em uma linha ou cipó.

Nos dizeres de Villaça (2005) o Plano Diretor surge no Brasil após 1930 quando foi elaborado e publicado por um urbanista o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro, onde pela primeira vez surge a expressão PlanDirecteur. A partir de então propagou a idéias de plano diretor e passou a ser defendido pela elite intelectual brasileira como urbanistas, arquitetos, universidades e empresários do ramo imobiliário, em uma perspectiva de que esse seria um instrumento que solucionasse muitos problemas políticos e sociais no meio urbano.

Voltando essa concepção de Plano Diretor enquanto redentor para as práticas de apropriação do espaço das calçadas, questionamos o porquê de sua inaplicabilidade, uma vez que o Município de Parintins conta com esse instrumento, pelo menos em papel.

A falta de infra-estrutura na perspectiva das calçadas sede espaço aos agentes sociais para as mais variadas utilizações. Os proprietários constroem suas hipotéticas calçadas, em nivelções inadequadas, tamanho variados, materiais que oferecem perigo para a locomoção

Essas autoconstruções do passeio público discorrem em função dos interesses individuais ou econômicos. Essa falta de organização ou planejamento urbano impede que os pedestres possam se locomover com segurança.

O poder público não prioriza o planejamento urbano no âmbito da circulação, total ausência que desarticula a fluidez no trânsito causando déficits na qualidade de locomoção. Pois é improvável conceber uma gestão eficiente nas calçadas sem compreender os motivos que levam esses agentes invadirem essa estrutura ou sem causar polêmicas e desconfortos no âmbito político e social.

Outro fator a ser salientado é a construção das conhecidas puxadinhas¹¹ no espaço público, moradores constroem sobre as calçadas essas estruturas, que a cada dia que passa ficam mais populares, a rua em estudo é um exemplo dessa propagação em massa, mas vale ressaltar que não é próprio da rua em questão, é comum encontrarmos essas extensões em varias áreas da cidade.

Na representação gráfica (figura 7), ilustra de outra prática de invasão das calçadas. Essas estruturas se tornam a extensão da propriedade, visto que os pedestres não podem utilizá-las por serem concebidas como particulares deixando de ser calçadas e passando a ser pisos. Mesmo que o pedestre tente se locomover por entre essas estruturas, ainda assim encontram dificuldades, pois os materiais do piso são diversificados, impróprios, que podem causa acidentes.

¹¹Estrutura erguida sobre as calçadas que acompanham a extensão das casas ou comércios.

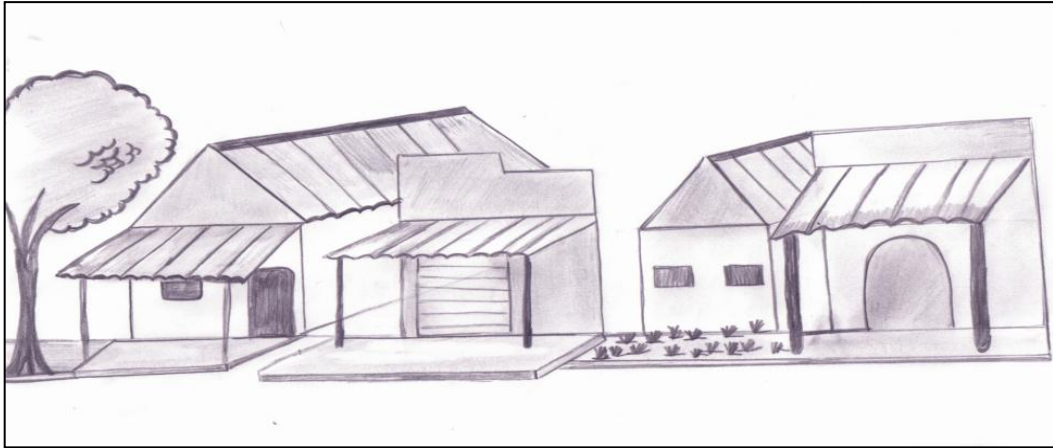


Figura 7: Representação gráfica das puxadinhas na Rua 3
Desenho: Alciane de Souza 2013

Paralelo a esse cenário de apropriações existe a Lei Municipal Nº 09/2006. Art. 1º dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Parintins às diretrizes e instrumentos instituídos pela Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, as quais deveriam ser consideradas no planejamento municipal de Parintins. Segundo o Plano Diretor, no Capítulo I da Mobilidade, no Art.3º. “A Estratégia de Mobilidade em Parintins tem como objetivo geral qualificar a circulação e a acessibilidade universal de modo a atender às necessidades da população [...]”.

Esse objetivo é acompanhado por sete princípios, destacamos nesse estudo o primeiro que menciona a democratização dos espaços públicos e o controle da expansão urbana, certamente não precisa ser perito no assunto para compreender que a expansão urbana em Parintins é algo envolto em conflitos e um gerador de muitas mazelas sociais e apropriações de espaços públicos estão inseridas nesse contexto.

A rua em estudo necessita de ajustamento e planejamentos adequados a realidade local para garantir a segurança aos pedestres. Apenas um comércio ainda não aderiu a prática de invasionismo trata-se de uma exceção ao verificarmos as condições físicas das calçadas da Rua3. Certamente se o poder público não atentar para essa situação de apropriações, fazer valer o Plano Diretor, as condições de locomoção se agravaram ainda mais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões acerca das apropriações das calçadas perpassam o entendimento do que se rotula como funcional e destinado aos pedestres. São os diversos modos de apropriação dos espaços públicos das calçadas que vão gerir e diferenciar o modo de uso e das relações

econômica, sociais e culturais já estabelecidas na área de estudo que se consolidam como processo e urbanização.

O crescente processo de urbanização não é acompanhado pelas políticas públicas, visto que um número significativo de pessoas encontra-se na cidade de Parintins em busca de melhores condições de vida. Consequentemente um expressivo contingente populacional passa a interferir na organização sócioespacial. E os espaços públicos são alvo de novas configurações, o fato é que as apropriações dos espaços das calçadas não começaram com o processo de urbanização, apenas se agravam com estes novos arranjos espaciais.

Enfatizamos que a calçada é melhor compreendido quando analisada a partir da tríade, a calçada como espaço de convivência, como espaço de ações políticas, e espaço de reprodução capitalista. Ressaltamos que a Rua Padre Augusto Gianolla apenas reproduz o que é perceptível na área central da cidade, o que já é praticável há muitas décadas. Essas apropriações estão tomando dimensões culturais que se chegarem a se consolidar enquanto hábitos culturais serão imunes a discussões e a ajustes espaciais.

São espaços de convivência condicionados a múltiplas questões codificadas em campos de lutas, as práticas que ali se estabelecem não diferem os ricos e os empobrecidos, todos estão aptos a se apropriarem dessas estruturas. Exemplificação disso é a feira da Rua 3, localizada nas dependências das calçadas onde aluguéis são cobrados, mas se a feira está nas calçadas, quem de direito deve recolher esse aluguel? Os proprietários ou o poder público municipal?

Essas indagações se associam a esses pequenos territórios, cujas potencialidades desencadeiam situações transformando espaços de convivência em espaços de sobrevivência e legitimação do poder econômico. Nesse sentido a mobilidade das pessoas se efetua por meio da via, onde pedestres e veículos dividem a caixa viária, a fluidez do tráfego é totalmente comprometido pelo uso inadequado das calçadas, além disso, a partir das 10 horas da manhã, quando diminui ou cessa a venda do peixe fresco, os peixeiros colocam suas assadeiras, sacas de carvão, mesas com bandejas e outros utensílios para a comercialização do peixe assado na via, o que se agrava com a saída das crianças e adolescentes das escolas.

É preciso discutir planejamento urbano com todos os seguimentos sociais, no sentido de construir um processo educativo do morar e viver na cidade, apesar da cidade de Parintins possuir leis e um conjunto inerente de proposições que, em sendo aplicadas, garantam a qualidade de vida. O plano diretor precisa ser estudado por todos os segmentos sociais para ser conhecido e discutido ser colocado em funcionamento.

Nessa perspectiva reduzimo-nos a acreditar que o Plano Diretor posto em prática, se traduziria na solução ou minimização para muitas problemáticas sociais. Pois não faltam políticas públicas, o que falta são suas implementações, e governantes que se comprometam com a sociedade do cotidiano em que todos os dia sentem a opressão, a dificuldade de ir e vir, e a insegurança no trânsito. Mas fazer valer a verdadeira funcionalidade das calçadas é algo que a sociedade não cogita, e tão pouco foi objetivo dos gestores que já administraram a cidade de Parintins.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **BRASIL ACESSÍVEL: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **CADERNO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE ACESSÍVEIS**. Dezembro/2006 - 1ª edição, Brasília/DF.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Construindo a cidade sustentável**. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **PlanMob - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana**. Brasília, DF, 2007.

CARLOS, Ana Fanni Alessandri. **A CIDADE**. 9ª.ed. Contexto, 2011.

CORRÊA, R.C. ROSENDAHL, Z. **Cultura espaço e urbano**. Rio de Janeiro: ed.UERJ, 2006.

LOBATO, Roberto Corrêa. **O ESPAÇO URBANO**. São Paulo: 4ªed. Ática 2003.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas**: editora Valer, 2008.
Parintins, Lei Municipal Nº 09/2006 do Plano Diretor da Cidade de Parintins.

SERPA, Ângelo. **O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**. 1ªed São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 15.Ed.1ª reimpressão- São Paulo: Contexto: 2008

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ed. 16ª. Atlas,
VILLAÇA, Flávio. **AS ILUSÕES DO PLANO DIRETOR**. São Paulo, 2005.

ZATTAR, Neuza. **Linguagens: desafios contemporâneos**. Revista Eletrônica do GELCO. 2008. Disponível em: https://www.unemat.br/caceres/letras/docs/docentes/neuza_zattar_calçada_espaco.pdf. Acesso em: 15 de jul de 2013.